

## **AVALIAÇÃO EXTERNA EM LARGA ESCALA E PERFORMATIVIDADE NA REGULAÇÃO DA POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL**

*Aysllan de Sousa Sobrinho<sup>1</sup> e Lucinete Marques Lima<sup>2</sup>*

### **Resumo**

O artigo analisa a função reguladora da avaliação externa em larga escala na política e gestão educacional brasileira, diante da racionalidade política da performatividade. Parte-se da problematização de como a performatividade legitima as políticas educacionais de avaliação externa em larga escala como eixo central de regulação da política e da gestão educacional no Brasil. O referencial teórico fundamenta-se na sociologia crítica das políticas educacionais, discutindo as categorias de performatividade, regulação e avaliação educacional. A metodologia possui natureza teórico-analítica, baseada em pesquisa bibliográfica do tipo revisão de literatura, a partir de teses e dissertações disponíveis no Catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), produzidas no período de 1990 a 2024, que abordam a relação entre performatividade, avaliação externa em larga escala e política e gestão educacional. Os resultados indicam uma relação de legitimação recíproca entre performatividade e avaliação externa em larga escala, na qual os indicadores de desempenho sustentam a gestão por resultados, o planejamento, monitoramento, avaliação e definições de outras políticas, tomada de decisões e práticas de responsabilização na condução da política educacional. Evidencia-se, ainda, que essa relação redireciona categorias como qualidade, justiça educacional e direito à educação para os resultados das avaliações, deslocando o debate das desigualdades estruturais para as desigualdades de resultados. Conclui-se que a avaliação externa em larga escala integra uma racionalidade política mais ampla, marcada pela performatividade, regulada por resultados de aprendizagem, interferindo na concepção democrática e emancipatória da política e da gestão educacional.

**Palavras-chave:** Performatividade; Avaliação externa em larga escala; Política e gestão educacional.

### **LARGE-SCALE EXTERNAL ASSESSMENT AND PERFORMATIVITY IN THE REGULATION OF EDUCATIONAL POLICY AND MANAGEMENT**

<sup>1</sup>Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro da Rede de Estudos e Pesquisa em Políticas de Avaliação Educacional e Accountability (REPAE). Professor da educação básica e tutor do curso de licenciatura em pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Lagoinha do Piauí, Piauí, Brasil. E-mail: aysllansobrinho@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP). Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Departamento de Educação I, Curso de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação. São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: lucinete.ml@ufma.br



## Abstract

The article analyzes the regulatory function of large-scale external assessment in Brazilian educational policy and management, in light of the political rationality of performativity. It starts by problematizing how performativity legitimizes large-scale external assessment policies as a central axis for regulating educational policy and management in Brazil. The theoretical framework is grounded in the critical sociology of educational policies, discussing the categories of performativity, regulation, and educational assessment. The methodology is theoretical-analytical in nature, based on a bibliographic literature review of theses and dissertations available in the Catalog of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), produced between 1990 and 2024, which address the relationship between performativity, large-scale external assessment, and educational policy and management. The results indicate a relationship of reciprocal legitimation between performativity and large-scale external assessment, in which performance indicators underpin results-based management, planning, monitoring, evaluation, the definition of other policies, decision-making processes, and accountability practices in the conduct of educational policy. Furthermore, this relationship redirects categories such as quality, educational justice, and the right to education toward assessment results, shifting the debate from structural inequalities to inequalities in outcomes. It is concluded that large-scale external assessment is part of a broader political rationality marked by performativity, regulated by learning outcomes, and interfering with the democratic and emancipatory conception of educational policy and management.

**Keywords:** Performativity; Large-scale external assessment; Educational policy and management.

## EVALUACIÓN EXTERNA A GRAN ESCALA Y PERFORMATIVIDAD EN LA REGULACIÓN DE LA POLÍTICA Y LA GESTIÓN EDUCATIVA

### Resumen

El artículo analiza la función reguladora de la evaluación externa a gran escala en la política y la gestión educativa brasileña, a la luz de la racionalidad política de la performatividad. Se parte de la problematización de cómo la performatividad legitima las políticas educativas de evaluación externa a gran escala como eje central de regulación de la política y la gestión educativa en Brasil. El marco teórico se fundamenta en la sociología crítica de las políticas educativas, discutiendo las categorías de performatividad, regulación y evaluación educativa. La metodología es de naturaleza teórico-analítica, basada en una investigación bibliográfica del tipo revisión de literatura, a partir de tesis y disertaciones disponibles en el Catálogo de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior (CAPES), producidas en el



período de 1990 a 2024, que abordan la relación entre performatividad, evaluación externa a gran escala y política y gestión educativa. Los resultados indican una relación de legitimación recíproca entre la performatividad y la evaluación externa a gran escala, en la que los indicadores de desempeño sustentan la gestión por resultados, la planificación, el monitoreo, la evaluación, la definición de otras políticas, la toma de decisiones y las prácticas de rendición de cuentas en la conducción de la política educativa. Asimismo, se evidencia que esta relación redirige categorías como calidad, justicia educativa y derecho a la educación hacia los resultados de las evaluaciones, desplazando el debate de las desigualdades estructurales hacia las desigualdades de resultados. Se concluye que la evaluación externa a gran escala integra una racionalidad política más amplia, marcada por la performatividad, regulada por resultados de aprendizaje, interfiriendo en la concepción democrática y emancipadora de la política y la gestión educativa.

**Palabras clave:** Performatividad; Evaluación externa a gran escala; Política y gestión educativa.

## 1. Introdução

A avaliação da educação tem sido tema de debates, crescimento e disputas no contexto da produção científica internacional, desde o início do século XX. No Brasil, o estudo da avaliação ganha centralidade nas últimas três décadas, a partir do seu entendimento como política pública, exigindo um compromisso social com os desdobramentos políticos da avaliação para a gestão do sistema educacional.

Ao tratar das políticas de avaliação, compreende-se que a avaliação externa em larga escala assume visibilidade como objeto de discussão no campo da gestão educacional e configura amplitude e complexidade ao desenvolvimento e avaliação das políticas sociais, por sua composição, mecanismos e implicações para a educação (Rothen, 2018).

Assim, as políticas educacionais de avaliação externa em larga escala representam o caráter político da avaliação de um Estado-Nação em mudança, a partir de 1980, decorrente das transformações econômicas, políticas e sociais. Como resultado da ascensão do neoliberalismo, o Estado tem suas funções remodeladas aos ideais difundidos pelo sistema neoliberal, o qual difunde a redução do papel provedor do Estado em prol de um maior controle e fiscalização da política pública (Afonso, 2013).

Nesse contexto, a atividade política da avaliação exigiu novos enfoques alinhados à função do Estado como avaliador, servindo não mais para analisar as políticas sociais da educação e aperfeiçoá-las pelo aumento do investimento, mas utilizando-a como critério para a redução e realocação de recursos financeiros, por meio dos sistemas de avaliação externa em larga escala.

Por isso, a gestão das políticas educacionais e o próprio sentido da educação passaram a receber formas e orientações adaptadas à ideia da

competitividade, quantificação e aumento da aprendizagem em termos de resultados, práticas pedagógicas e de gestão associadas aos indicadores educacionais, competição entre escolas e a responsabilização pelos investimentos no ensino público (Costa; Vidal, 2021; Santos; Vidal, 2024; Scherer, 2019).

Esse cenário global conduz ao que Ball (2010) denomina de performatividade, tecnologia política, cultura e modo de regulação pautado na comparação e julgamento como formas de controle e mudança dos sujeitos e instituições alinhados ao modelo de eficiência e eficácia promovidos pelo sistema de mercado. Tudo isso possui aproximações com a avaliação externa em larga escala e coloca em evidência a emergência da performatividade nas políticas educacionais (Scherer, 2019).

Em função desse panorama, problematiza-se como a performatividade legitima as políticas educacionais de avaliação externa em larga escala enquanto eixo central de regulação da política e gestão educacional no Brasil? Devido à proliferação de avaliações externas em larga escala a nível nacional e sua expansão nos sistemas estaduais de ensino, justifica-se a necessidade de compreender tais políticas em meio à concepção de educação como emancipação social e em virtude da necessidade de instrumentos teórico-analíticos que contribuam para a área da gestão e política educacional no cenário contemporâneo.

Consequentemente, o artigo objetivou analisar a função reguladora da avaliação externa em larga escala na gestão da política educacional brasileira diante da racionalidade política da performatividade. A proposta é relevante, pois põe em debate as intencionalidades e as formas de regulação do projeto atual de educação, mediante as políticas de avaliação educacional.

Nesse sentido, o artigo é de cunho teórico-analítico e explora a relação entre as políticas educacionais de avaliação externa em larga escala e os estudos sobre a performatividade na perspectiva da sociologia crítica da educação, evidenciando o debate e as contribuições para o campo da pesquisa em política educacional.

## **2. Performatividade e regulação das políticas educacionais**

Apesar de a performatividade, etimologicamente, significar a qualidade de algo apresentável, realizado ou completo, ela possui uma trajetória teórica marcada por distintas apropriações em diferentes campos do conhecimento, antes de se consolidar como uma das categorias analíticas estratégicas de Stephen Ball no estudo das políticas educacionais.

O conceito surge nos estudos da filosofia da linguagem com John Langshaw Austin, ao discutir os atos de fala performativos, nos quais teoriza sobre o poder instituidor da linguagem, ou seja, uma fala é performativa quando descreve e cria a ação (Leite, 2014). Posteriormente, essa noção é ampliada no campo da filosofia com Jean-François Lyotard para um sistema de terrores, em

que o conhecimento é transformado em desempenho, e este passa a ser um objetivo social em detrimento da emancipação dos sujeitos (Lyotard, 2009). Já nos estudos culturais da educação, especialmente nas formulações de Judith Butler, a performatividade de gênero é compreendida como uma construção social, linguística e corpórea dos sujeitos, constituída pela tradição cultural como mecanismo de formação de identidades (Ribeiro, 2023).

É nesse movimento de circulação conceitual que Stephen Ball se apropria do conceito de performatividade aos estudos em Política Educacional, no campo da sociologia política. Diferentemente das perspectivas filosóficas, Ball (2001) intensifica o conceito para analisar os efeitos das reformas educacionais inspiradas pelo neoliberalismo nas políticas públicas sociais.

Partindo das transformações ocorridas ao final do século XX, nas quais o neoliberalismo ascende como sistema político que pretende superar a crise de 1970 do capitalismo e resgatar a potência econômica dos Estados, Ball (2001) define a performatividade como categoria analítica capaz de subsidiar as análises sobre as mudanças contidas nas reformas educacionais. As implicações conjugaram novas formas de atuação do Estado na organização política e social do seu território, condizentes com os valores competitivos do mercado e o efeito globalizante do modo de governança empresarial.

Assim, o Estado adota um modelo de administração chamado de *New Public Management* (Nova Gestão Pública/NGP) ou gerencialismo, que dissemina práticas de gestão semelhantes aos sistemas competitivos empresariais, aproximando o setor público do privado por processos estruturantes e culturais reformados pela racionalidade política neoliberal (Ball, 2005).

Com isso, a gestão das políticas educacionais passou a privilegiar a retenção dos gastos com a educação, promovendo uma campanha política e social de busca pela eficiência educacional, traduzida em alcançar o máximo de resultados educacionais com o mínimo de investimentos. Para tanto, a gestão das políticas se concentra na maximização dos resultados e concentração de práticas gerenciais focadas na responsabilização dos profissionais, competitividade das escolas e criação de programas que têm como fim os resultados de aprendizagem obtidos em avaliações externas em larga escala, seguindo a lógica da performatividade.

Para Ball (2002, 2005, 2010, 2014), a performatividade não se restringe a uma técnica de gestão, desempenhos ou a instrumentos avaliativos, mas deve ser entendida como uma tecnologia política, uma cultura e um modo de regulação que opera por meio da comparação, do julgamento e da exposição pública de resultados. Trata-se de uma racionalidade política que redefine o valor das instituições de educação e dos profissionais a partir de indicadores de resultados mensuráveis, convertendo-os em critérios de legitimação da gestão educacional e da ação pedagógica.

Essa racionalidade emerge no bojo das reformas do Estado, especialmente a partir da consolidação do Estado avaliador, que substitui formas tradicionais de controle burocrático por mecanismos de controle, *a posteriori*,

indiretos de regulação social baseados em resultados. Essa regulação converge um conjunto de práticas ajustadas às finalidades educacionais, por meio de regulamentações que definem regras para o controle dos sistemas de ensino (Barroso, 2005).

No campo educacional contemporâneo, essa regulação envolve a ampliação do uso de avaliações externas em larga escala e os subprodutos que elas oferecem aos gestores educacionais como *rankings*, metas, bonificações, relatórios, boas práticas, medalhas, premiações, indicadores etc., os quais servem como instrumentos indispensáveis da nova gestão pública, alinhados aos princípios da eficiência, da eficácia e da competitividade (Afonso, 2019; Barroso, 2018).

A performatividade, nesse sentido, atua como elo entre políticas educacionais e práticas de gestão. Ao estabelecer padrões externos de desempenho, ela orienta a formulação de políticas, a organização dos sistemas de ensino e a condução das ações escolares, induzindo comportamentos e decisões voltados à obtenção de resultados quantificáveis. A gestão educacional passa, assim, a operar sob uma lógica de monitoramento contínuo, na qual o sucesso ou o fracasso das políticas e das instituições é avaliado com base em métricas previamente definidas.

Esse modo de regulação produz efeitos que extrapolam o plano técnico-administrativo. Conforme argumenta Ball (2014), a performatividade produz efeitos de duas ordens: a primeira ordem incide diretamente sobre as práticas educacionais, produzindo percepções e ações para os resultados; e a segunda ordem afeta as subjetividades dos profissionais da educação, ao alcançar seus sentimentos e relações interpessoais.

No âmbito da gestão educacional, esse modelo de regulação pós-burocrático reconfigura o planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. Programas, projetos e ações passam a ser legitimados prioritariamente pelos resultados que produzem, o que favorece a consolidação de uma cultura orientada por metas e desempenhos. A avaliação externa em larga escala, nesse contexto, deixa de ser apenas um instrumento diagnóstico e assume a função de tecnologia reguladora da ação do Estado (Afonso, 2019).

Portanto, compreender a performatividade como racionalidade política da regulação educacional permite problematizar os sentidos atribuídos à avaliação, à gestão e à qualidade educacional nas reformas contemporâneas. Ao invés de operar apenas como instrumento técnico, a avaliação externa em larga escala passa a ser entendida como parte constitutiva de um projeto de regulação que redefine as finalidades da educação e os modos de governar os sistemas de ensino.

### 3. Metodologia

O estudo tem natureza teórico-analítica e mobiliza referenciais da sociologia crítica da Política Educacional, como Ball (2001, 2005, 2010, 2014) e

Barroso (2005; 2018) que discutem os processos de regulação educacional, as políticas de avaliação e os efeitos das práticas educacionais orientadas pelo modelo de gestão inspirado pelo neoliberalismo.

No processo de coleta de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, do tipo revisão da literatura, fundamentada em teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicadas no período de 1990 a 2024. Utilizando a palavra-chave performatividade como descritor de busca eletrônica e os filtros da área Ciências Humanas e Educação, chegaram-se a 81 trabalhos.

Como critério de inclusão, selecionaram-se os trabalhos que continham no título, objetivos ou questões do resumo referência à performatividade, gestão/gerencialismo ou algum tipo de avaliação externa em larga escala. Os critérios de exclusão adotados foram por trabalhos fora do escopo da avaliação externa em larga escala e aqueles que não abordavam a relação entre a performatividade e a avaliação externa em larga escala na política e gestão educacional. Após essa leitura preliminar, apenas 30 estudos foram submetidos à análise.

A escolha desse material para a análise crítico-analítica da literatura com base na sociologia crítica das políticas educacionais (Afonso, 2013, 2019), justifica-se por possibilitar compreender o que as produções têm interpretado acerca da legitimação da avaliação externa em larga escala no interior de uma regulação educacional pautada pela racionalidade política da performatividade, bem como os efeitos dessa articulação sobre a gestão educacional.

#### **4. Performatividade e avaliação externa em larga escala: legitimação recíproca e regulação da política e gestão educacional**

A literatura produzida no campo da Política Educacional no Brasil tem evidenciado que a avaliação externa em larga escala se consolidou como um dos principais instrumentos de regulação da política e gestão educacional nas últimas décadas. Os Estudos analisados indicam que essas políticas ultrapassam a função diagnóstica da educação e assumem centralidade na organização dos sistemas de ensino, influenciando diretamente o planejamento, a gestão e a definição de prioridades e de outras políticas educacionais, como as de currículo, financiamento e de valorização docente (Andriguetto Junior, 2020; Braga, 2019; Corrêa, 2023; Costa, 2021; Dolencso, 2023; Jesus Filho, 2022; Maia, 2019; Maia, 2022; Matias, 2017; Medrado, 2019; Nagase, 2018; Parente, 2016; Santos, 2020; Sousa, 2016; Sousa, 2019; Scherer, 2020; Sousa Sobrinho, 2023; Ziliotto, 2019).

Pesquisas que investigam a expansão dos sistemas nacionais e estaduais de avaliação apontam que seus resultados passaram a ser utilizados como base para a tomada de decisões administrativas, redistribuição de recursos e formulação de programas educacionais (Dolencso, 2023; Jesus Filho, 2022; Sousa, 2016; Sousa, 2019). Demonstra-se que a avaliação externa em larga escala se converte em mecanismo estruturante da gestão educacional, ao

fornecer indicadores que orientam tanto a ação do Estado quanto o funcionamento das redes de ensino (Corrêa, 2023; Maia, 2019; Sousa, 2016).

Os estudos também evidenciam que a centralidade atribuída aos resultados avaliativos está diretamente associada à redefinição do papel do Estado na educação. Conforme apontam as pesquisas analisadas, a avaliação externa se insere no movimento de consolidação do Estado avaliador, no qual o controle das políticas educacionais ocorre de forma indireta, por meio de indicadores e metas, em substituição a formas diretas de intervenção burocrática (Dolenckso, 2023; Matias, 2017).

No âmbito da gestão educacional, aponta-se os resultados das avaliações funcionando como parâmetros da qualidade educacional, influenciando práticas de monitoramento, acompanhamento e cobrança institucional, ao aproximar o modo de gestão pública do privado, como dizia Ball (2010). Estudos empíricos mostram que gestores educacionais recorrem aos dados avaliativos para justificar ações, estabelecer metas de desempenho e orientar intervenções pedagógicas, reforçando a lógica de gestão com foco em indicadores educacionais (Andriguetto Junior, 2020; Maia, 2019).

Ademais, existe também uma aproximação da formação para gestores vinculada a parcerias público-privadas, a qual segundo Maia (2019) transforma a formação do gestor em uma formação gerencialista, como se fosse um gerente escolar. Esse processo serve para incutir a imagem de uma escola como empresa e o gestor escolar como o gerente da organização que, apesar de pública, funciona com uma concepção empresarial.

Tais estudos evidenciam que a performatividade associada à avaliação externa em larga escala e à gestão induz práticas de monitoramento contínuo e intensificação do controle (Parente, 2016; Sousa, 2016). Gestores, nesse direcionamento, organizam o planejamento e o acompanhamento das escolas com base nos indicadores avaliativos, reforçando uma lógica de gestão orientada por metas e resultados. Essa dinâmica contribui para a consolidação de uma cultura da performatividade, na qual o sucesso institucional é medido pela capacidade de melhorar índices (Ball, 2014; Corrêa, 2023).

Além disso, é possível indicar a função de apoio da avaliação externa em larga escala para a reconfiguração das relações entre os diferentes níveis de gestão educacional. Os resultados de aprendizagem mediam as interações entre órgãos centrais, redes de ensino e unidades escolares, instaurando um regime de prestação de contas baseado no desempenho (*accountability* educacional). Esse movimento fortalece a posição da avaliação como instrumento privilegiado de regulação da política educacional (Costa, 2021; Nagase, 2018; Sousa, 2019; Sousa Sobrinho, 2023).

Uma das dimensões privilegiadas desse modelo de *accountability* é a responsabilização baseada em resultados, o qual constitui um dos principais efeitos da centralidade atribuída às avaliações. Os estudos mostram que os indicadores produzidos pelos sistemas avaliativos são utilizados para avaliar a eficácia e eficiência das escolas e das redes de ensino, estabelecendo relações

diretas entre desempenho aferido e julgamento da qualidade da gestão educacional (Dolenckso, 2023; Santos, 2020; Sousa 2019).

Consequentemente, a responsabilização decorrente das avaliações externas faz com que os resultados operem como mecanismos de legitimação ou deslegitimação das escolas e dos profissionais, produzindo hierarquizações e comparações que influenciam a imagem pública das instituições e o reconhecimento do trabalho docente.

Na gestão educacional, esse processo implica a reconfiguração das funções do Estado e das instâncias administrativas. O planejamento, o desenvolvimento, o monitoramento e a avaliação das políticas são orientados por indicadores de desempenho, metas e *rankings*, que funcionam como instrumentos de controle a distância (Parente, 2016). A gestão deixa de operar predominantemente por meio de normas burocráticas e passa a se organizar segundo princípios gerencialistas, baseados na eficiência, na eficácia e na mensuração contínua de resultados (Ball, 2010).

Nesse cenário, a avaliação externa em larga escala não se limita prestar informações à gestão, mas a condiciona. Seus resultados são utilizados para definir prioridades, justificar intervenções pedagógicas, redistribuir recursos, estabelecer programas de incentivo e orientar decisões políticas em diferentes níveis do sistema educacional. Trata-se de uma forma de regulação pós-burocrática indireta, na qual a visibilidade dos resultados substitui a imposição direta de regras, configurando um modo de governar pautado na exposição pública do desempenho (Afonso, 2019), consoante os efeitos da performatividade (Ball, 2014).

Esse modelo de regulação da gestão tende a intensificar processos de competição entre escolas, redes e profissionais, reforçando práticas de comparação e hierarquização em virtude da performatividade (Sousa Sobrinho, 2023). Do ponto de vista dos sistemas de ensino, essa racionalidade política da performatividade produz um conjunto de implicações. Por um lado, a utilização de dados e indicadores pode oferecer subsídios para o diagnóstico de problemas e para a formulação de políticas educacionais. Por outro, a centralidade conferida aos resultados tende a reduzir a complexidade da gestão educacional, priorizando ações de curto prazo voltadas à elevação dos índices de desempenho educacional, em detrimento de processos formativos mais abrangentes, democráticos e de longo prazo.

Além disso, a responsabilização dos profissionais contribui para a redefinição das relações entre gestores, professores e escolas. A gestão educacional age sob pressão permanente por desempenho, o que pode induzir práticas de padronização curricular, intensificação do trabalho docente e focalização do ensino nos conteúdos avaliados (Medrado, 2019; Santos, 2020; Ziliotto, 2019). Essas dinâmicas reforçam a internalização da lógica performativa, convertendo os resultados das avaliações externas em larga escala em referências centrais para a organização educacional.

A relação entre a avaliação externa em larga escala e a performatividade, evidenciadas nos estudos, é apresentada na tabela 1, indicando um rol de funcionalidades atrelado á avaliação, a qual é modificada segundo a lógica da performatividade educacional. Tais funções, no entanto, convergem em direção à racionalidade política da performatividade.

**Tabela 1 – Articulação entre avaliação externa em larga escala e a performatividade.**

<b>Função da avaliação</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Performatividade</b>
<b>Diagnóstica</b>	Produção de dados estatísticos sobre o desempenho educacional	Atua na divulgação dos dados, criação de <i>rankings</i> e comparação, revestindo os níveis de desempenhos como base das políticas
<b>Reguladora</b>	Definição, planejamento, monitoramento, avaliação orientação, controle e tomada de decisões da política educacional	Comparação, julgamento e exposição dos resultados da avaliação
<b>Instrumento de gestão</b>	Definição de metas, programas, ações, responsabilização e prioridades educacionais	Definição de valores e reconhecimento da gestão gerencialista para alcance da qualidade
<b>Controle</b>	Controle indireto dos sistemas de ensino, via indicadores	Define a eficiência e eficácia dos desempenhos educacionais
<b>Legitimação política</b>	Justifica reformas e intervenções educacionais com base nos resultados gerados	Internaliza a gestão por resultados como parte das políticas educacionais e cultura organizacional

**Fonte:** Elaborado com base na revisão de literatura (2025).

Nesse sentido, a performatividade conecta as políticas educacionais, gestão e subjetividades, ao mesmo tempo em que redefine os critérios de reconhecimento institucional e profissional, construindo novas identidades profissionais (Ziliotto, 2019). A responsabilização, longe de se constituir apenas como forma de bonificação, revela-se como elemento constitutivo de um modelo de regulação que orienta a ação estatal e a gestão educacional sob a lógica do desempenho.

Essa prática da responsabilização se constitui um elemento ímpar da política e gestão educacional, pois alimenta a necessidade de realizar ajustes no modo de organização da educação, por meio de incentivos aos profissionais, especialmente gestores, coordenadores e professores. Esses são posicionados como os principais responsáveis pelo desenvolvimento das políticas, enquanto o Estado confere validação às ações ao avaliá-los, ao passo que reduz sua responsabilidade direta pela delegação de deveres às escolas e seus representantes.

Desse modo, a performatividade como racionalidade política nas reformas educacionais contemporâneas produz efeitos significativos sobre a gestão educacional e sobre os modos de responsabilização instituídos nos sistemas de ensino. Nesse contexto, a avaliação externa em larga escala assume um papel estratégico ao operar como principal mecanismo de mediação entre políticas públicas, gestão educacional e práticas escolares.

Assim, a relação entre performatividade e avaliação externa em larga escala se constitui de forma recíproca, na medida em que ambas se reforçam mutuamente como fundamentos da regulação da gestão educacional contemporânea. Os estudos analisados indicam que a avaliação externa não apenas se insere em um contexto marcado pela racionalidade performativa, mas atua como um de seus principais mecanismos de operacionalização no interior dos sistemas de ensino (Corrêa, 2023; Scherer, 2020; Sousa Sobrinho, 2023).

As pesquisas apontam que a produção sistemática de resultados, indicadores e *rankings* pelas avaliações externas estabelece um pensamento intersubjetivo para a performatividade, ao permitir a comparação e o julgamento contínuo entre escolas, redes e sistema. Esses resultados deslocam o foco da avaliação enquanto processo formativo para a avaliação enquanto instrumento de controle e regulação (Maia, 2019; Parente, 2016; Sousa Sobrinho, 2023).

Nesse sentido, a literatura especializada evidencia que a avaliação externa em larga escala legitima a lógica da performatividade ao proporcionar a associação entre qualidade educacional e desempenho mensurável. A responsabilização, nesse caso, assume contornos significativos, ao estabelecer um parâmetro financeiro para o alcance da qualidade educacional fortemente associado aos resultados das avaliações. A qualidade define-se, predominantemente, pela capacidade de atingir metas e melhorar indicadores, o que estreita o horizonte de sentidos atribuídos à educação e à gestão escolar (Dolenckso, 2023; Matias, 2017).

Ao mesmo tempo, a performatividade confere legitimidade política às avaliações, ao sustentar a ideia de que a gestão educacional deve ser orientada por evidências, metas e resultados objetivos. Essa relação de legitimação recíproca fortalece a centralidade da avaliação externa em larga escala como eixo estruturante das políticas educacionais.

Observa-se ainda que a legitimação recíproca entre performatividade e avaliação externa em larga escala contribui para a consolidação de um modelo de regulação educacional baseado na gestão por resultados. Nesse modelo, a ação do Estado ocorre predominantemente por meio de instrumentos avaliativos, que permitem o controle a distância dos sistemas de ensino e a responsabilização dos sujeitos educacionais pelos resultados obtidos.

Dessa forma, a avaliação externa em larga escala não pode ser compreendida isoladamente, mas como parte constitutiva de uma racionalidade política, marcada pela performatividade. A articulação entre essas duas dimensões revela como as políticas de avaliação educacional operam na

regulação da gestão educacional, redefinindo critérios de qualidade, formas de controle e modos de governar a educação no contexto contemporâneo.

Ainda que não seja o centro dos estudos, as pesquisas apontam a performatividade reconfigurando categorias centrais do debate educacional, como o direito à educação, a qualidade e a justiça educacional (Andriguetto Junior 2020; Corrêa, 2023; Dolencso, 2023; Jesus Filho, 2022; Parente, 2016; Nagase, 2018; Sousa, 2019; Scherer, 2020; Sousa Sobrinho, 2023). Sob a racionalidade da performatividade, essas categorias são progressivamente traduzidas em termos mensuráveis, assumindo centralidade os indicadores de desempenho como principais critérios de regulação das políticas educacionais.

Nessa racionalidade política, observa-se a educação sendo tratada mais como um serviço do que como direito social e, quando é vista como direito, há um deslocamento do direito à educação para o direito à aprendizagem mensurável, entendido como resultado quantificável produzido pelos sistemas de ensino nas avaliações. Conforme apontam Ball (2014) e Afonso (2013), a centralidade dos resultados redefine o sentido da aprendizagem, que deixa de ser concebida como processo complexo, situado e socialmente condicionado, para ser tratada como produto de comparação e classificação. A gestão educacional, orientada por essa lógica, organiza suas ações com base em metas e indicadores, reforçando a centralidade da avaliação externa em larga escala como instrumento de controle e monitoramento.

Essa racionalidade também incide diretamente sobre o conceito de qualidade da educação, pois a qualidade tende a ser reduzida à obtenção de resultados satisfatórios em avaliações, deslocando o debate da formação crítica, democrática e emancipatória do estudante para os desempenhos apresentados em testes padronizados (Ball, 2010; Parente, 2016; Scherer, 2020; Sousa Sobrinho, 2023). A qualidade, assim, tende a ser definida por parâmetros técnicos e comparativos, reforçando uma concepção gerencial da educação.

Nessa lógica, a ideia de qualidade educacional como algo abstrato e amplo é objetificada em um valor numérico, uma nota de avaliação padronizada para estudantes diversificados e que está focada no produto final da aprendizagem atual: a nota dos sistemas de avaliação educacional. Fora dessa definição gerencialista ficam os processos e as diferenças sociais, pois a avaliação da qualidade se concentra no resultado e não nas condições que levaram até ele. Doutra forma, a performatividade indica que a qualidade educacional é resultado de esforços e práticas de treinamento para as avaliações e não resultado de uma educação construída coletivamente.

No que se refere à justiça educacional, a ênfase nos resultados promove uma reinterpretação da equidade educacional. A justiça educacional, nesse modelo, é frequentemente associada à ideia de equidade de resultados, medida pela capacidade dos sistemas de reduzir diferenças de desempenho entre grupos de estudantes agrupados por marcadores sociais como raça, gênero, cor, renda etc. Embora essa perspectiva seja apresentada como estratégia de enfrentamento das desigualdades, autores como Afonso (2013; 2019), Corrêa (2023), Santos (2020) e Sousa Sobrinho (2023) alertam que tal abordagem

pode obscurecer as desigualdades estruturais que condicionam os processos educativos, deslocando a responsabilidade das políticas públicas para as escolas e os sujeitos.

Há, portanto, um redirecionamento de foco das condições estruturais, pedagógicas e sociais da oferta educacional para os resultados apresentados. Pesquisas empíricas indicam que fatores como contexto socioeconômico, condições de trabalho docente e desigualdades regionais são frequentemente secundarizados, enquanto os resultados das avaliações externas ganham *status* de principal critério de avaliação da ação educativa e da gestão (Sousa, 2019; Sousa Sobrinho, 2023). Esse redirecionamento alcança, inclusive, o Ensino Superior, reforçando a produtividade dos profissionais e sua produção científica como atividade dominante do processo de gestão da formação profissional (Braga, 2019).

Nesse sentido, a performatividade contribui para a consolidação de um modelo de gestão da política educacional no qual a educação é tratada como serviço regulado por resultados. A escola funciona como organização empresarial, competindo pela qualidade do ensino e o direito educacional é transformado em direito à aprendizagem quantitativa. A aprendizagem, por sua vez, convertida em indicador de habilidades, torna-se referência de legitimação das políticas educacionais, enquanto a justiça educacional remete à equidade de resultados e a qualidade redefine-se a partir das métricas de desempenho. Já os estudantes são os clientes da empresa, e o responsável pelo direito da aprendizagem deixa de ser o Estado, enquanto provedor de condições para a oferta do ensino de qualidade, passando a ser as escolas e seus profissionais.

Essa racionalidade política da performatividade, portanto, tende a despolitizar as desigualdades sociais e politizar os resultados das avaliações como instrumento de combate às desigualdades de resultados. Reforça, nesse aspecto, práticas de responsabilização e controle, ao mesmo tempo em que limita a compreensão da educação como direito social amplo e como prática voltada à formação humana integral e emancipatória.

Assim, a análise da literatura permitiu compreender que a performatividade não apenas sustenta a expansão das avaliações externas em larga escala, mas também reconfigura a Política de educação, redefinindo os sentidos do direito, da qualidade e da justiça educacional no interior da gestão e políticas educacionais regidas pelo Estado avaliador.

## 5. Considerações finais

Esse artigo objetivou analisar a função reguladora da avaliação externa em larga escala na Política e gestão educacional brasileira, diante da racionalidade política da performatividade. A partir da revisão crítico-analítica da literatura sobre a relação entre a performatividade, a avaliação externa em larga escala e a gestão educacional, buscou-se compreender como a performatividade legitima as políticas de avaliação da educação na regulação das políticas públicas do Estado avaliador.



Os estudos analisados apontam que a racionalidade política da performatividade legitima a avaliação externa em larga escala como instrumento de regulação por resultados das políticas e gestão educacional, por meio da geração de medidas da aprendizagem. Tais avaliações produzem os dados que impulsionam as políticas e servem como medida da qualidade educacional e base para a competição e ações dos sistemas de ensino. Por sua vez, os próprios resultados das avaliações retroalimentam a comparação, julgamento e responsabilização incitados pela performatividade, conferindo legitimidade recíproca.

No campo da gestão educacional, evidenciam-se práticas gerencialistas orientadas pelo planejamento centrado em indicadores, monitoramento dos resultados pela intensificação do controle e acompanhamento, tomada de decisões com base em níveis de aprendizagem, consolidação de uma cultura organizacional da performatividade, avaliação das políticas educacionais e responsabilização com base nos indicadores de desempenho da avaliação externa em larga escala. Desse modo, os resultados dessas avaliações caracterizam as metas, programas, definições e prioridades da educação pública, em que o Estado foca nos dados fornecidos pelos sistemas, ao se tornarem a base política da administração educacional.

Além do mais, a análise da literatura aponta o redirecionamento de categorias fundamentais do debate educacional, como a concepção de educação, o direito educacional, a qualidade e a justiça educacional. Sob a racionalidade política da performatividade, a educação tende a ser percebida como serviço, no qual oferta como produto os resultados gerados nas avaliações. Há também um deslocamento do direito educacional para o direito à aprendizagem mensurável, bem como a redução da qualidade educacional à capacidade de atingir determinados resultados. Consequentemente, a justiça educacional tende a ser interpretada a partir da equidade de resultados, em que as desigualdades sociais são debatidas sobre a perspectiva do combate às desigualdades de resultados.

Há, nesse sentido, certa dissociação entre as condições políticas, econômicas e sociais que formam os sistemas de ensino, contribuindo para as práticas de responsabilização das escolas e seus profissionais em detrimento da atuação do Estado como responsável pela oferta e garantia de condições do direito educacional.

Portanto, a avaliação externa em larga escala não deve ser compreendida como instrumento técnico ou neutro do Estado avaliador, todavia como parte elementar da racionalidade política marcada pela performatividade. Ao evidenciar a relação de legitimação recíproca entre as políticas de avaliação educacional e a performatividade, o artigo contribui para a compreensão da regulação da política e gestão educacional contemporânea e sua intensificação nas reformas políticas das últimas décadas.

Por fim, reconhece-se os limites do estudo crítico-analítico focado na produção acadêmica *stricto sensu*. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de estudos que se aprofundem em casos empíricos, típicos e atípicos da regulação educacional, fundamentados na relação com os sistemas de avaliação.



Igualmente, é necessário um maior debate sobre a relação entre as categorias fundamentais da educação pública diante das relações criadas pela performatividade na realidade educacional.

Portanto, é preciso compreender as políticas de avaliação educacional e seus efeitos de forma crítica para subsidiar as discussões acerca da construção de políticas públicas democráticas e comprometidas com a educação emancipatória, o direito educacional, a qualidade e a justiça educacional que não desconsiderem as desigualdades estruturais na formação ampla dos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**. 18 (53), Jun, 2013.

AFONSO, Almerindo Janela. Tendências regulatórias e impactos nas Desigualdades educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.40, e0220116, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019220116>.

ANDRIGUETTO JUNIOR, Haroldo. **A influência do gerencialismo e da performatividade na gestão das escolas de Educação Básica**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

BALL, Stephen John. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001.

BALL, Stephen John. **Educação Global S. A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen John. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-55, maio/ago. 2010.

BALL, Stephen John. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.

BALL, Stephen John. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.

BARROSO, João. A transversalidade das regulações em Educação: modelo de análise para o estudo das políticas educativas em Portugal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, nº. 145, p.1075-1097, out.-dez., 2018.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.

BRAGA, Isabela Cristina Marins. **A performatividade da política de avaliação da pós-graduação**: efeitos no capital científico dos doutores em educação. 2019. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019.

CORRÊA, Mirele. **A máquina performática**: pequena coreografia de um fascismo da escola neoliberal. 2023. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2023.

COSTA, Ana Claudia Venturin da. **As repercussões da performatividade no trabalho docente em escolas públicas municipais de Vilhena-RO**. 2021. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

COSTA, Anderson Gonçalves; VIDAL, Eloisa Maia. Prêmio Escola Nota Dez no estado do Ceará: concessão, ajustes e responsabilização. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 102, n. 261, p. 415-436, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102i261.4574>.

DOLENCKSO, André Luis. **Gerencialismo, Performatividade e Responsabilização**: análise da gestão da Secretaria da Educação de São Paulo na saúde mental dos professores no período de 2015 a 2018. 2023. 134 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

JESUS FILHO, Antônio Jovem de. **Para além da implementação**: o coordenador pedagógico como reformulador de política educacional. 2022. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2022.

LEITE, Miriam Soares. Performatividade: inscrições, contextos, disseminações. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 141-165, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.9i1.0007>.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MAIA, Eridan Rodrigues. **Formação de gestores escolares (CREDE 10/CE)**: recontextualizações do método circuito de gestão do projeto jovem de futuro (2016-2018). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2019.

MAIA, Thais Vianna. **Discursos sobre performatividade e docência**. 2022. 82 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MATIAS, Maria Marleide da Cunha. **Respira-se a meta: os professores e a performatividade na educação municipal de Mossoró**. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

MEDRADO, Franklin dos Santos. **Relações entre ensino médio integrado, formação integral e integração curricular: o caso do núcleo avançado de tecnologia de alimentos (NATA)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

NAGASE, Raquel Hissae. **Políticas de avaliação da educação infantil: da formação à performatividade – o cumprimento de uma AGEE no município de Maringá**. 2018. 167 f. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, 2018.

PARENTE, Juliano Mota. **Gerencialismo e performatividade na gestão educacional do estado de São Paulo**. 2016. 134 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

RIBEIRO, Zenaide Mariano. **“É o que a gente veio aqui pra fazer”:** participação da juventude na política escolar. 2023. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2023.

ROTHEN, João Carlos. Uma pequena história da avaliação da educação a partir do caso brasileiro e francês. 2018. *In*: ROTHEN, José Carlos; SANTANA, Andréa da Cunha Malheiros. **Avaliação da educação referências para uma primeira conversa**. São Carlos: EdUFSCAR, 2018, p. 17-36.

SANTOS, Ana Lúcia Félix; VIDAL, Eloisa Maia. Accountability educacional, avaliação externa e responsabilização. **Em aberto**, Brasília, v. 37, n. 119, p. 19-21, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.37i119.6515>.

SANTOS, Sandra Rosa Gomes dos. **Tecendo os fios das identidades:** implicações da performatividade na construção da identidade profissional dos professores da Universidade Federal do ABC (UFABC). 2020. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2020.

SCHERER, Susana Schneid. **A performatividade e o trabalho docente na escola pública:** concepções e alguns de seus efeitos. 2020. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

SCHERER, Susana Schneid. Performatividade, trabalho docente e escola pública: um mapa dos estudos sobre a temática. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 6, n. 13, p. 29-47, 27 dez. 2019.

SOUSA SOBRINHO, Aysllan de. **Habitus profissional de professores e a performatividade na política do ENEM**: implicações para a prática docente na percepção de professores do Piauí. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

SOUSA, Francisco Lindoval de. **Performatividade e subjetividade na Gestão Escolar**. 2016. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

SOUSA, Maurício. **Discursos sobre o gerencialismo e a performatividade**: a trajetória da política de avaliação educacional na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (1989 a 2016). 2019. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

ZILIOOTTO, Alcione. **Performatividade e identidade do professor universitário**. 2019. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2019.

Recebido em: 24 de dezembro de 2025.  
Aceito em: 05 de março de 2026.  
Publicado em: 27 de maio de 2026.